



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR COMPLETO - ETPC

1. DADOS DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO

SEI Nº: 0007929-59.2024.6.05.8000

Equipe de Planejamento da Contratação

Gestor: Daniele Silva de Jesus

Integrante Demandante: Daniele Silva de Jesus

Integrante Técnico: Sandra Ramos Cerqueira

Integrante Administrativo: Venícios dos Anjos Belo

Item do PLANCONT: 33

2. DEMANDA A SER ATENDIDA (NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO)

Aprimoramento dos serviços de Comunicação Social disponibilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) aos seus públicos interno e externo, destacando-se a produção de conteúdo informativo/educativo para divulgação de informações aos cidadãos e à imprensa baiana, como forma de melhorar o diálogo direto com a sociedade. Emerge-se, portanto, a necessidade da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) em contar com estrutura compatível com as demandas de comunicação, a fim de bem desempenhar suas atribuições regulamentares.

3. HISTÓRICO

Constam do histórico deste Tribunal os seguintes processos referentes a contratações realizadas para o mesmo tipo de demanda:

1. Contrato Atual nº 6/2020 (SEI nº [0052067-87.2019.6.05.8000](#)), cujo objeto é a prestação de serviços continuados e auxiliares à Administração, para postos de editor, redator e assistente de cerimonial;
2. Contrato Atual nº 15/2023 (SEI nº [0005014-08.2022.6.05.8000](#)), cujo objeto é a prestação de serviços continuados e auxiliares à Administração, para postos de designer gráfico e videomaker;
3. Contrato n.º 85/2015 (SEI n.º [0061075-30.2015.6.05.8000](#)), cujo objeto foi a prestação de serviços continuados e auxiliares à Administração, para postos de editor e redator.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

4. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

O atendimento da demanda objeto do presente estudo está relacionado ao atingimento dos seguintes objetivos estratégicos previstos no Planejamento Estratégico Institucional vigente:

Fortalecer a relação institucional com a sociedade

Prestar serviço de qualidade ao público

Melhorar a comunicação administrativa

5. JUSTIFICAR, MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS, MEMÓRIA DE CÁLCULO E/OU ORÇAMENTOS, AS PREVISÕES DE QUANTIDADES ESTABELECIDAS PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA

A Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) é a unidade do TRE-BA responsável pelo desenvolvimento dos serviços de Comunicação Social direcionados aos diversos públicos da instituição, desenvolvendo, entre outras atribuições regimentais, as seguintes atividades:

- a) Relacionamento com a imprensa e gestão de crise de imagem junto aos meios de comunicação;
- b) Comunicação Interna, Externa e Institucional: produção de notícias (matérias jornalísticas publicadas e distribuídas aos públicos interno e externo, releases encaminhados à imprensa, elaboração de pronunciamento e nota-resposta etc.);
- c) Produção de conteúdo criativo (desenvolvimento de *layouts*, *templates*, logomarcas para eventos e campanhas, *cards* para campanhas informativas e educativas, *cards* e vídeos para redes sociais, vídeos institucionais etc.);
- d) Administração e gestão das redes sociais do TRE-BA, com exclusividade (análise de públicos conforme a plataforma, análise e criação e conteúdo, postagem, *follow-up* de campanhas, acessibilidade das publicações, interação com comunidades digitais etc.);
- e) Promoção da Comunicação Interna (criação de informativos temáticos e de publicações regulares voltadas para o público interno, desenvolvimento de textos para apoio a campanhas promovidas pelas unidades e comissões do Tribunal);
- f) Criação e gerenciamento de Hotsites temporários em ações específicas;
- g) Planejamento e Gestão das atividades de comunicação do Tribunal, incluindo o desenvolvimento de diversos planos de ação relativos à imagem do Órgão e de campanhas temáticas;
- h) Monitoramento e gestão da comunicação, do padrão visual e do uso das marcas do Tribunal nos diversos canais de comunicação internos e externos, nos termos da Política de Comunicação Integrada (Portaria GP 357-2018);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- i) Assessoramento à Presidência e às demais unidades do Tribunal no que diz respeito a ações de Comunicação Social e relacionamento institucional;
- j) Produção de vídeos para as campanhas programáticas, institucionais e de redes sociais;
- k) Roteirização, produção, gravação e edição de *spots* para atender especialmente às zonas eleitorais do interior em situações de convocação dos eleitores.

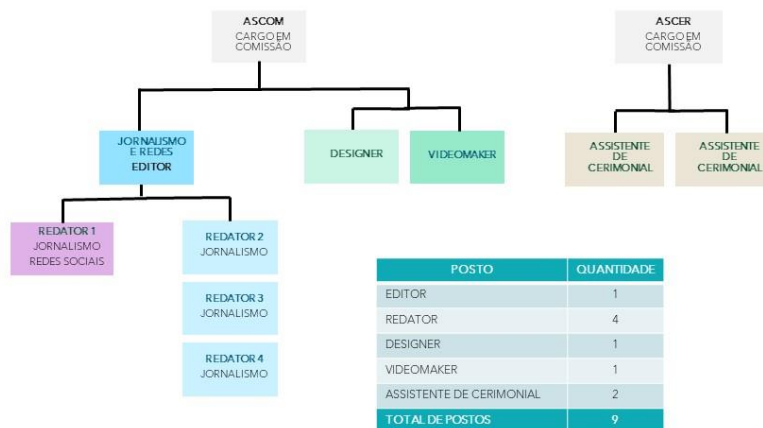
Para realização de tamanha demanda, a ASCOM conta, atualmente, com 6 (seis) servidores, incluindo a titular da unidade, o que se mostra insuficiente, razão pela qual desde o ano de 2015, esta Assessoria conta com contrato de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados, com cessão de mão de obra residente.

A Assessoria de Cerimonial (ASCER), por seu turno, é responsável pelo planejamento, organização, assessoramento, definição de normas e execução de atividades protocolares, logísticas e de cerimonial em solenidades, palestras, visitas, exposições e demais eventos de interesse do Tribunal. Também é a unidade à qual incumbe, dentre outras atribuições, a elaboração e expedição de convites e correspondências oficiais para cerimônias e solenidades, além de organizar e manter atualizado o cadastro de autoridades para fins de emissão de convites e correspondências. Nesse mister, e diante da escassez de servidores do quadro, precisa contar com apoio especializado de profissionais da área de Relações Públicas, a fim de cumprir de forma eficiente e adequada às crescentes demandas da unidade.

Os contratos atuais (CT 6/2020 e CT 15/2023) englobam 9 (nove) postos de trabalho, alocados na ASCOM e ASCER, conforme figura abaixo:

ASCOM E ASCER

Estrutura Atual da contratação de serviços de apoio à Comunicação





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Conforme se colhe da estrutura apresentada, atualmente há uma centralização de demandas a serem supervisionadas pelo posto de Editor, o qual atua em relação às demandas de jornalismo referentes à comunicação com os públicos interno e externo, incluindo redes sociais.

Diante do aumento de demandas da ASCOM, bem assim com o crescimento constante das publicações e interações do público nas redes sociais, a atual estrutura tem se mostrado insuficiente e tem limitado a atuação da Assessoria. Ademais, há grande concentração de demandas operacionais na figura do titular da unidade (Assessor), cuja atuação deve ser essencialmente estratégica, nos termos das suas atribuições regimentais.

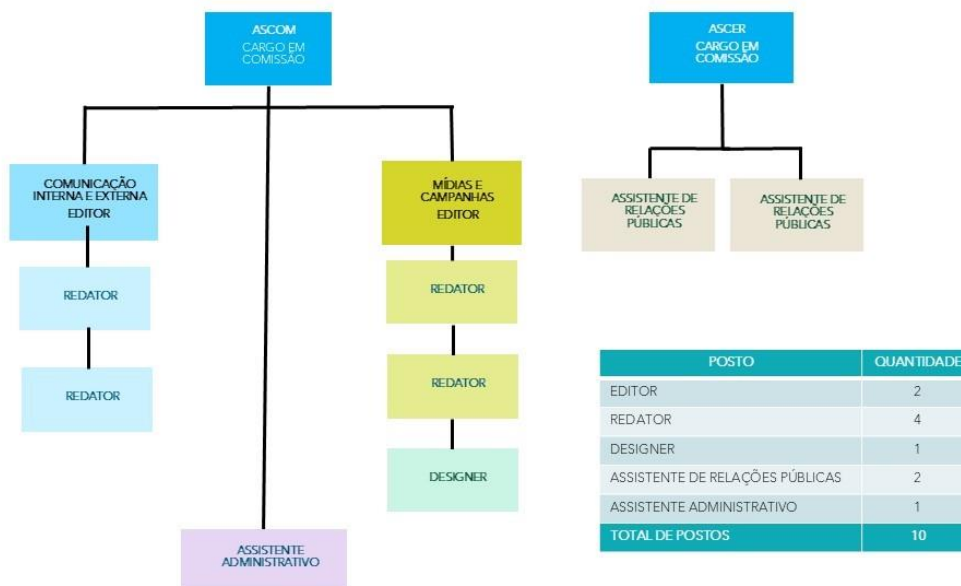
Diante do exposto, com vistas a aprimorar os serviços de comunicação do Órgão, elevando o nível das entregas da unidade, esta Assessoria propõe a alteração da estrutura atualmente existente, nos seguintes termos:

- Acréscimo de 1 posto de Assistente Administrativo;
- Substituição de 1 posto de Videomaker por 1 posto de Editor.

Com as mudanças propostas, apresenta-se a estrutura da nova contratação:

Proposta de nova estrutura para contratação de serviços de apoio à Comunicação

Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) e Assessoria de Cerimonial (ASCER)



Ressalte-se que a nova estrutura proposta define 2 (dois) núcleos de trabalho distintos na



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ASCOM (núcleo de Comunicação Externa e Interna e núcleo de Mídias e Campanhas), resultando em maior especialização dos profissionais, conforme as características do público-alvo da comunicação e das ferramentas tecnológicas à disposição. Vale destacar que os dois núcleos são estratégicos para o Órgão, a saber, a atuação da comunicação externa, especialmente em relação às demandas da imprensa, que se avolumam nos anos eleitorais e exigem um atendimento célere, bem como a comunicação interna, a qual tem sido apontada há alguns anos como ponto para aprimoramento no Órgão, e que, a partir da configuração ora proposta, terá melhor estrutura para atendimento às demandas das unidades e para a promoção de campanhas destinadas ao público interno; e, por fim, a atuação nas redes sociais, com sua dinâmica e linguagem próprias, exigindo que os profissionais estejam constantemente atualizados e acompanhando as publicações e interações, e que, a partir de então, passará a contar com um núcleo exclusivo.

No mesmo sentido, a estrutura proposta assegura a existência de um responsável por cada núcleo (Editor), atendendo, mediante especialização das demandas, à complexidade das atividades e responsabilidades em relação ao trabalho dos demais colaboradores. Além disso, a medida possibilitará que, em caso de afastamento temporário de algum Editor, outro profissional do mesmo nível possa atuar em colaboração ao outro núcleo, o que não ocorre na atual contratação, na qual, em caso de afastamento do editor, não há outro profissional com mesmo nível capaz de atender às demandas de coordenação.

Ressalte-se que os profissionais que realizam a cobertura dos postos nos períodos de afastamento dos colaboradores são temporários, não tendo, portanto, a *expertise* necessária em relação às especificidades das demandas da Justiça Eleitoral que lhes possibilite atuar com a mesma capacidade que os editores que ocupam de forma permanente o posto.

Como informado anteriormente, a proposta prevê, ainda, a contratação de um novo profissional Assistente Administrativo, o que permitirá acompanhar de forma responsiva as citações positivas e negativas do TRE-BA na mídia, bem como atuar de forma calendarizada para produzir relatórios mensais e apresentá-los ao grupo para avaliar o desempenho da unidade, metas alcançadas e pontos de atenção, além da realização do levantamento de valoração¹. Desse modo, entende-se como necessária a contratação de um Assistente

¹ A valoração representa os resultados da divulgação das ações do TRE-BA na mídia, a partir da atuação da Assessoria de Comunicação. Os cálculos são realizados levando em conta o preço dos anúncios veiculados no mesmo espaço midiático.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Administrativo, capaz de realizar tais atividades que contribuem para a composição do trabalho estratégico de comunicação do setor.

Como se vê, a proposta de nova estrutura de serviços de apoio à Comunicação Social certamente resultará em maior eficiência da ASCOM, diante da especialização das atividades, refletindo no fortalecimento da imagem do Órgão perante a sociedade, bem como no aprimoramento da comunicação interna e externa.

6. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

A contratação envolve a disponibilização de mão de obra residente que possibilita aos profissionais ficarem, de forma contínua, à disposição da contratante, nas dependências do TRE-BA, para prestação dos serviços de comunicação.

6.1. EXECUÇÃO DE SERVIÇOS MEDIANTE DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

A demanda objeto do presente estudo deverá ser atendida mediante a alocação de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, conforme descrito a seguir.

POSTO	QUANTIDADE
EDITOR	2
REDATOR	4
DESIGNER	1
ASSISTENTE DE RELAÇÕES PÚBLICAS	2
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1
TOTAL DE POSTOS	10

6.1.1. QUANTITATIVO DE POSTOS ESTABELECIDO EM RELAÇÃO À ÚLTIMA CONTRATAÇÃO

Em termos quantitativos, deve-se registrar o constante crescimento da demanda pelos serviços de comunicação no TRE-BA. Atualmente, a unidade produz uma média anual de 300 releases, 250 matérias internas (Boletim e Fique por Dentro), 12 publicações de “O Cafezinho”, 350 publicações no site do Tribunal, além das publicações nas redes sociais, que alcançam uma média de 1500 publicações por ano, representando mais de 4 publicações



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

diárias, nas diferentes mídias sociais. Em ano eleitoral, há um incremento de cerca de 50% em toda essa produção, sendo ainda maior em relação às demandas de Assessoria de Imprensa. A título exemplificativo, nos dois últimos anos não eleitorais, a média de entrevistas foi de cerca de 40 por ano. Já em 2022, ano eleitoral, foram concedidas 450 entrevistas.

Além das publicações acima referidas, a ASCOM é também responsável pela produção de vídeos institucionais, além da cobertura de todos os eventos realizados. Atua, ainda, na criação de *layouts* para as peças de comunicação das unidades (*cards*, cartilhas, relatórios etc.), sem falar nas demandas administrativas da unidade (gestão e fiscalização de contratos) e sua participação em diversas comissões e comitês.

Como se vê, a demanda da unidade é extremamente elevada, mormente em anos eleitorais, quando há forte impacto nas atividades, justificando, destarte, o aperfeiçoamento da configuração dos contratos atualmente existentes, a fim de adequadamente atender à demanda.

6.1.2. PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A FIXAÇÃO DOS SALÁRIOS

Inicialmente, em relação aos postos dos profissionais jornalistas, cumpre consignar que, no site da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), verifica-se que o piso salarial das categorias é definido por unidade da Federação. No caso da Bahia, consta que a negociação está sendo feita diretamente com as empresas (<https://fenaj.org.br/sindicatos/convencoes-e-acordos-coletivos/pisos-salariais-atuais/#BA>).

Em consulta ao sítio eletrônico do Sindicato dos Jornalistas da Bahia (Sinjorba), a fim de localizar eventual Convenção Coletiva de Trabalho ou fixação de piso salarial, verificou-se que a Tabela de Serviços foi retirada em cumprimento a decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), nos seguintes termos (<https://sinjorba.org.br/tabela-de-servicos/>):

“Em virtude do Processo Administrativo nº 08700.002566/2017-47, instaurado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que considera que a definição de valores de referência mínima pelo Sinjorba constitui formação de cartel (o que discordamos), a tabela foi retirada do ar.”

No entanto, consta do sítio eletrônico da entidade sindical notícia de acordo coletivo com um veículo de comunicação específico que permite verificar que foi definido que o menor salário



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

pago na empresa a jornalista será de R\$3.000,00 (três mil reais) para uma jornada de 5 horas, acrescido de um abono de 27% do salário (limitado a R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). Na referida notícia, o Sinjorba reporta ainda ,os pisos salariais definido pelos sindicatos pelo país, conforme apuração realizada pelo Sinjorba – Sindicato dos Jornalistas da Bahia em notícia publicada em 24 de agosto de 2023 (<https://sinjorba.org.br/na-srte-sinjorba-e-correio-fecham-o-acordo-coletivo-2023-2024/>):

- Alagoas – R\$ 4.572,03 (Data-Base – 1º de maio)
- Paraná – R\$ 4.233,61 (Data-Base – 1º de maio)
- São Paulo – R\$ 4.121,60 (Data-Base – 1º de março)
- Maranhão R\$ 3.438,73 (Data-Base – 1º de setembro)
- Distrito Federal – R\$ 3.383,51 (Data-Base – 1º de abril)
- Mato Grosso – R\$ 3.375,29 (Data-Base – 1º de maio)
- Tocantins – R\$ 3.219,37 (Data-Base – 1º de maio)
- Rio Grande do Sul – R\$ 3.123,89 (Data-Base – 1º de junho)
- Santa Catarina – R\$ 3.011,48 (Data-Base – 1º de maio)

Nesse sentido, inexistindo Convenção Coletiva a fixar o piso salarial dos jornalistas, e diante da complexidade das atividades e das aptidões exigidas para desempenho das atribuições necessárias ao atendimento da demanda administrativa em questão, justifica-se o estabelecimento de piso salarial.

Igualmente não foram localizadas Convenções Coletivas para as demais categorias envolvidas na presente contratação.

Relacionamos, a seguir, as atividades efetivamente mais complexas do que as comumente oferecidas pelo mercado e os requisitos exigidos para que estas sejam desempenhadas, que justificam a elevação dos salários, e indicamos o piso estabelecido com base nas pesquisas realizadas ao longo do presente estudo, com as respectivas fontes de consulta:

- - Os profissionais a serem contratados, especialmente (mas não só) aqueles responsáveis por produção de conteúdo jornalístico, informativo e audiovisual, no âmbito desta justiça especializada, devem ser capazes de lidar com leitura e interpretação de normas, tais como resoluções, portarias, instruções normativas etc.;
- - Os profissionais deverão demonstrar conhecimento dos temas afetos ao sistema eleitoral brasileiro e às demandas eleitorais do Órgão, a fim de produzir *lives* ou



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

podcasts, entrevistando magistrados e outras autoridades, além de produzir conteúdo de divulgação sobre temas específicos;

- - Realizar planejamento de mídia voltado para o desenvolvimento de campanhas aos públicos interno e externo, especialmente em ano eleitoral, tendo em vista o calendário específico e a necessidade de sua estrita observância;
- - Acompanhar a realização das sessões de julgamento, analisando o impacto de decisões, de modo a conseguir levar as notícias à imprensa e ao público em geral;
- - Os profissionais deverão, por fim, compreender e atualizar-se constantemente acerca das alterações normativas, especialmente aquelas editadas em ano eleitoral, bem assim atualizar-se em relação às estratégias de comunicação voltada para os públicos específicos deste Regional.

Cumpre destacar que, para o cumprimento das atividades acima, além de constante atualização na área de comunicação social e seus recursos tecnológicos, será necessário que os profissionais desenvolvam habilidades e competências relacionadas às especificidades da Justiça Eleitoral baiana, de modo a poderem compreender e manterem-se constantemente atualizados acerca das alterações normativas, especialmente aquelas editadas em ano eleitoral. Essa característica, inclusive, é o que exige que, nas contratações especializadas como é o caso da área de comunicação, deva ser evitada a rotatividade, pois a experiência do profissional com a estrutura do TRE-BA e a matéria eleitoral é extremamente relevante para o desenvolvimento das funções.

Assim é que não se pode ignorar o aspecto diferenciado daqueles profissionais selecionados para atuarem na Assessoria de Comunicação Social do TRE-BA, pois desenvolverão tarefas mais complexas, não podendo ser nivelados com profissionais selecionados para a remuneração mínima do mercado.

Há que se destacar, ademais, que dos referidos profissionais exigem-se não apenas as qualificações constantes dos requisitos de admissão ao posto, mas também o dever de confidencialidade quando no acesso a informações sensíveis do órgão, bem assim o equilíbrio e atuação criteriosa quando no tratamento das mensagens a serem comunicadas, fatos que justificam a ampliação do patamar remuneratório diferenciado que, inclusive, propicie a busca por maior qualificação para o exercício da função.

Note-se que temos visto elevada rotatividade nos contratos de profissionais da área de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

comunicação, inclusive nas contratações atualmente vigentes (CT 6/2020 e CT 15/2023). Tais dificuldades têm sido experienciadas pela Fiscalização, de modo que repetir a fixação dos salários pelo mínimo estabelecido no mercado, considerando o simples levantamento de sites de emprego na internet (os quais utilizam como base todo tipo de oferta laboral, inclusive aquelas para as quais não se exige qualificações ou experiências específicas) levará o projeto ao insucesso ou, ao menos, à insuficiência dos resultados em relação aos objetivos do Órgão na comunicação com seus diversos públicos.

Como gestores públicos, precisamos atender ao princípio da eficiência, pois, para além de representar economia de recursos financeiros, visa a atender ao interesse público por disponibilizar o melhor serviço possível ao cidadão.

Na definição do piso salarial a ser adotado para a presente contratação importa, ainda, destacar a carga horária a ser aplicada aos profissionais alocados nos respectivos postos.

No que diz respeito ao posto de Designer Gráfico, o contrato atualmente vigente (CT 15/2023) determina carga horária de 35 horas semanais, o que tem se mostrado produtivo e suficiente, razão pela qual defende-se a manutenção da referida carga horária, a qual deverá, ainda, ser estendida ao posto de Assistente de Relações Públicas e de Assistente Administrativo, tendo em vista a experiência da unidade, a comprovar elevada produtividade dos profissionais que hoje atuam com esta carga horária. Ademais, cumpre consignar que a situação da carga horária em postos dos contratos de comunicação foi exaustivamente discutida no processo SEI n. [0005014-08.2022.6.05.8000](#) (vide documentos n. [1902265](#) e [2204913](#)).

No que diz respeito à carga horária dos jornalistas, importa destacar que o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas) dispõe que a jornada de profissionais como jornalistas, revisores, fotógrafos e ilustradores não deverá exceder as 5 (cinco) horas, prevendo, no entanto, que poderá a duração normal do trabalho ser elevada a 7 (sete) horas. Confira-se:

Art. 302 - Os dispositivos da presente Seção se aplicam aos que nas empresas jornalísticas prestem serviços como jornalistas, revisores, fotógrafos, ou na ilustração, com as exceções nela previstas.

§ 1º - Entende-se como jornalista o trabalhador intelectual cuja função se estende desde a busca de informações até a redação de notícias e artigos e a organização, orientação e direção desse trabalho.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

§ 2º - Consideram-se empresas jornalísticas, para os fins desta Seção, aquelas que têm a seu cargo a edição de jornais, revistas, boletins e periódicos, ou a distribuição de noticiário, e, ainda, a radiodifusão em suas seções destinadas à transmissão de notícias e comentários.

Art. 303 - A duração normal do trabalho dos empregados compreendidos nesta Seção não deverá exceder de 5 (cinco) horas, tanto de dia como à noite.

Simplificação da legislação trabalhista em setores específicos

*Art. 304 - **Poderá a duração normal do trabalho ser elevada a 7 (sete) horas, mediante acordo escrito, em que se estipule aumento de ordenado, correspondente ao excesso do tempo de trabalho, em que se fixe um intervalo destinado a repouso ou a refeição.***

(Grifo não constante do original)

O contrato atualmente vigente (CT 6/2020) prevê a jornada de 5 horas para os postos de editor e redator.

Conforme previsto na legislação, é possível o acréscimo legal de 2 (duas) horas, compondo as 7 (sete) horas diárias, o que se mostra mais vantajoso para a Administração.

Fixada a carga horária a ser cumprida em 35 horas semanais e considerados os dados acima discriminados referentes ao piso salarial dos diversos profissionais da área de comunicação, deve-se registrar que os valores mínimos de pagamento de determinada categoria profissional, sejam eles determinados pelo salário-mínimo nacional ou por convenções coletivas de trabalho, servem tão-somente para garantir que nenhum profissional receba abaixo daquele valor ali definido.

Cumpra observar ainda que, em se tratando de uma contratação para atender a uma instituição da envergadura deste Regional, não se pode realizar exclusivamente consulta a sites de emprego da internet, os quais, muitas vezes, consideram empresas privadas onde há alta rotatividade e cujos profissionais, muito provavelmente, não atenderiam o perfil desejado pelo TRE-BA.

Para comprovação de que o valor obtido nestes estudos está de acordo com o que o mercado paga para execução de tarefas semelhantes, são apresentadas informações colhidas de outros órgãos da Administração Pública, inclusive da Justiça Eleitoral, que realizaram contratações para o mesmo cargo, bem como de sites e publicações especializadas em mercado de trabalho. Nesse sentido, foi elaborada a tabela abaixo, a fim de apurar a média salarial contendo valores pesquisados em sites de emprego na Internet, mas também no Painel Nacional de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Contratações Públicas, além das remunerações estabelecidas nos contratos atualmente vigentes, considerando-se os valores apurados pelo TRE-BA para a repactuação em tramitação (SEI [0003871-47.2023.6.05.8000](#)). Confira-se:

Fonte	Link	Observações	Carga Horária	Redator	Editor	Designer Gráfico	Assistente de Relações Públicas	Assistente Administrativo
Contrato AGU (2023)	https://pncp.gov.br/app/editais/26994558000123/2023/107	A AGU fixou salários acima da Convenção Coletiva, justificando. Para fins da presente pesquisa, foram utilizados os menores salários da contratação, tendo em vista que os cargos são distribuídos entre as categorias sênior/pleno/júnior	Carga horária de jornalistas (Redator e Editor) de 7 horas (valor do salário já contempla as 2 horas adicionais). Demais cargos, foi realizado o cálculo proporcional para 7 horas, tendo em vista que o edital previu jornada de 8 horas.		8.000,00	7.000,00		
TRE-SC	https://pncp.gov.br/app/editais/00509018000113/2023/1219	O TRE-SC fixou salários acima da Convenção Coletiva, mediante adoção do seguinte fator de multiplicação: 1,56 vezes o valor previsto na Convenção Coletiva para Jornalista Pleno; e 1,36 vezes o valor previsto na Convenção Coletiva para Jornalista Júnior. Para fins da presente pesquisa, foram utilizados os salários fixados para Jornalista Pleno, considerado para Chefe de Redação, no presente caso; e para Jornalista Júnior, considerado para Redator, no presente caso.	Carga horária de jornalistas (Redator e Editor) de 7 horas (valor do salário já contempla as 2 horas adicionais).	4.095,61	4.697,91			
TRE-RS	https://pncp.gov.br/app/editais/00509018000113/2024/239	O TRE-RS fixou salários acima da Convenção Coletiva, mediante adoção do seguinte fator de multiplicação: 1,50 vezes o valor previsto na Convenção Coletiva para Jornalista. Para fins da presente pesquisa, o valor foi considerado para fins de comparação com o posto de Redator.	Carga horária de jornalista (Redator) de 6 horas (30 horas semanais). Foi realizado cálculo proporcional para 7 horas na presente pesquisa.	5.674,55				
Indeed	https://br.indeed.com/career/salaries			3.304,00	4.166,40	1.997,63	2.979,38	1.703,63
Salario	https://www.salario.com.br/	Utilizado salário referente à média do estado da Bahia		5.565,45		2.822,75	3.925,96	1.810,97
Contratos atuais (06/2020 e 15/2023)	SEI 0003871-47.2023.6.05.8000 (repactuação Plansul)	Valores salariais da Plansul Consultoria (CT 06/2020) decorrentes da minuta de Termo Aditivo de repactuação juntada no documento n. 2819082. Valores da Minuta Comunicação (CT 015/2023) sem repactuação.		2.306,62	2.803,40	2.102,20	1.967,30	
Média Salarial				4.574,37	4.916,93	3.480,64	2.957,54	1.757,30
Piso Salarial proposto*				3.659,50	4.179,39	2.784,52	2.366,04	1.757,30

Os pisos salariais propostos estão abaixo da média apurada e correspondem a 80% desse valor médio, salvo em relação ao posto de editor, para o qual foi estabelecido o percentual correspondente a 85% da média salarial apurada. As reduções ora propostas, de 80% e 85% em relação ao valor obtido na média salarial justificam-se exclusivamente tendo em vista a disponibilidade orçamentária da unidade, que não permite, no momento, a adoção do valor médio. Excepciona-se, ainda, o posto de Assistente Administrativo para o qual foi adotado o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

valor médio de mercado, tendo em vista o baixo valor apurado.

Ressalte-se que o TRE-BA, com a contratação ora pretendida, busca manter o nível de excelência na comunicação com seus diversos públicos, aprimorando a prestação de seus serviços, conforme há aumento da demanda ou necessidade de adoção de novas formas de comunicar. Para isso, como já afirmado, faz-se mister contar com bons profissionais da área de comunicação, os quais por sua experiência, dedicação e diferencial técnico, deverão ser remunerados de forma condizente com o nível de exigência do Tribunal, que tem se destacado como um dos mais eficientes do país, notadamente nas classificações dos prêmios nacionais e indicadores geridos pelos órgãos de controle externo.

É notório que a proposta mais vantajosa nem sempre será a mais barata, mas sim aquela que conseguir cumprir o objetivo pretendido pela Administração, a satisfação do interesse público. No mais, vale ressaltar que os valores salariais fixados após o presente estudo para os cargos de editor e redator (jornalistas) já refletem o acréscimo exigido pela legislação (CLT, art. 304).

Por fim, numa análise de custo-benefício, cumpre destacar, ainda, os resultados obtidos pelo TRE-BA na mídia. Nos últimos dois anos, a ASCOM realizou uma análise quantitativa denominada “Valoração”, a qual representa os resultados da divulgação das ações do TRE-BA na mídia, a partir da atuação da Assessoria de Comunicação. Os cálculos são realizados levando em conta o preço dos anúncios veiculados no mesmo espaço midiático. Assim é que, no último ano (2023), a valoração do TRE-BA alcançou o patamar de R\$1.239.593,75, e em 2022, ano eleitoral, atingiu valoração de R\$4.074.538,26.

Diante de todo o exposto, os salários dos profissionais não deverão ser inferiores aos estipulados no presente estudo. Em qualquer caso, também não poderão ser inferiores a sentença normativa ou lei, acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho do sindicato aos quais os profissionais eventualmente possam vir a estar vinculados.

6.1.3. PREVISÃO DE ACRÉSCIMO TEMPORÁRIO DE POSTOS OU DE SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS EM ANO ELEITORAL OU EM PERÍODOS ESPECÍFICOS RELACIONADOS ÀS ATIVIDADES-FIM DO TRIBUNAL

Considerando o aumento da demanda, haverá necessidade de acréscimo temporário de postos e de serviços extraordinários em ano eleitoral, nos seguintes quantitativos unitário e total, por



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

posto de trabalho e por período:

ACRÉSCIMO DE POSTOS NO PERÍODO ELEITORAL (7 MESES)	QUANTIDADE
REDATOR	2
DESIGNER	1
TOTAL DE POSTOS TEMPORÁRIOS	3

Ressalte-se que o quantitativo de postos acima registrado para acréscimo no período eleitoral é o mesmo do contrato atual, alterando-se apenas a priorização da área de jornalismo, uma vez que, atualmente, há previsão de acréscimo temporário para 1 (um) posto de Redator, 1 (um) posto de Designer e 1 (um) posto de Videomaker. Na presente contratação, tendo em vista a experiência anterior que demonstra uma demanda maior relativamente à comunicação externa, notadamente na área de assessoria de imprensa, recomenda-se o acréscimo temporário de 2 (dois) postos de Redator e de 1 (um) posto de Designer Gráfico.

Com base na experiência da unidade, verificou-se, ainda, a necessidade de aumento do quantitativo de horas prestadas em serviço extraordinário em ano eleitoral. O contrato atual prevê um total de 40 horas extras, sendo 20 horas para sábados e dias úteis e 20 horas para domingos e feriados. A se considerar os dias de eleição (1º e 2º turnos), as horas relativas a domingos são quase totalmente utilizadas apenas nesses dias, ficando a Assessoria impossibilitada de contar com os profissionais nos outros domingos do período eleitoral. Do mesmo modo, as horas relativas a sábados e dias úteis são ínfimas, a se considerar o aumento exponencial de demanda entre os meses de setembro e outubro, e, ainda, no mês de dezembro até a data da diplomação.

Diante do exposto, faz-se necessário contar com serviço extraordinário remunerado nos quantitativos abaixo indicados, a fim de que assegurar o atendimento célere e de qualidade aos diversos públicos do Tribunal:

SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO EM ANO ELEITORAL (para cada posto individualmente)	QTD. SÁBADOS E DIAS ÚTEIS	QTD. DOMINGOS E FERIADOS
---	------------------------------	-----------------------------



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

REDATOR	50	50
EDITOR	50	50
DESIGNER	50	50
ASSISTENTE DE RELAÇÕES PÚBLICAS	50	50
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	50	50

Em caso de necessidade superior aos quantitativos de serviço extraordinário remunerado indicado acima, estará prevista, ainda, a possibilidade de realização de banco de horas, inclusive nos anos não eleitorais, nos quais é comum a realização de eventos pelo Tribunal, havendo necessidade de atuação da equipe de comunicação por mais horas do que a jornada regular, como é o caso dos Colégios de Presidentes dos TREs (COPTREL), Colégio de Corregedores, eventos externos promovidos pela Escola Judiciária, entre outros, que costumam ser realizados em 2 (dois) ou mais dias, em horário integral.

6.1.4. REQUISITOS RELACIONADOS AOS POSTOS DE TRABALHO

6.1.4.1. Requisitos para Editor:

- a) Escolaridade: nível superior completo, com graduação em Comunicação Social - Especialidade Jornalismo;
- b) Disponibilidade para viagens quando designados pela ASCOM/TRE-BA, para acompanhar autoridades do TRE-BA, em viagens oficiais ou para realizar coberturas de eventos dentro ou fora do Estado;
- c) Experiência mínima: 1 (um) ano na área, comprovado com apresentação de carteira de trabalho onde conste registro para o cargo de editor, redator, jornalista ou equivalente, ou contrato de prestação de serviços ou, ao menos, publicação de 15 (quinze) matérias jornalísticas em veículos de comunicação ou portais institucionais;
- d) Conhecimento de microinformática: nível de usuário;
- e) Iniciativa;
- f) Fluência verbal;
- g) Boa postura;
- h) Facilidade de relacionamento;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- i) Capacidade de trabalho em equipe;
- j) Demonstrar aptidão, discrição, destreza e responsabilidade na execução das atividades;
- k) Capacidade de cumprir prazos e briefings postos pela coordenação.

6.1.4.2. Requisitos para Redator:

- a) Escolaridade: nível superior completo com graduação em Comunicação Social - Especialidade Jornalismo;
- b) Disponibilidade para viagens, quando designados pela ASCOM/TRE-BA, para acompanhar autoridades do TRE-BA, em viagens oficiais ou para realizar coberturas de eventos dentro ou fora do Estado;
- c) Experiência mínima: 6 (seis) meses na área, comprovado com apresentação de carteira de trabalho onde conste registro para o cargo de editor, redator, jornalista ou equivalente, ou contrato de prestação de serviços ou, ao menos, publicação de 10 (dez) matérias jornalísticas em veículos de comunicação ou portais institucionais, ou cumprido estágio de pelo menos 6 meses na área pretendida, comprovado por termo de compromisso de estágio devidamente assinado pela empresa, estudante, instituição de ensino e pelo agente de integração;
- d) Perfil para atividades de gestão;
- e) Conhecimento de microinformática: nível de usuário;
- f) Iniciativa;
- g) Fluência verbal;
- h) Boa postura;
- i) Facilidade de relacionamento;
- j) Capacidade de trabalho em equipe;
- k) Demonstrar aptidão, discrição, destreza e responsabilidade na execução das atividades;
- l) Capacidade de cumprir prazos e briefings postos pela coordenação.

6.1.4.3. Requisitos para Designer Gráfico:

- a) Escolaridade: nível superior completo com graduação em Designer Gráfico, Desenho Industrial, Artes Visuais, Comunicação Social (todas as especialidades);
- b) Disponibilidade para viagens, quando designados pela ASCOM/TRE-BA, para acompanhar autoridades do TRE-BA, em viagens oficiais ou para realizar coberturas de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

eventos dentro ou fora do Estado;

c) Experiência mínima: 6 (seis) meses na área, comprovado com apresentação de carteira de trabalho onde conste registro para o posto pretendido ou equivalente, ou contrato de prestação de serviços, ou cumprido estágio de pelo menos 6 meses na área pretendida, comprovado por termo de compromisso de estágio devidamente assinado pela empresa, estudante, instituição de ensino e pelo agente de integração;

d) Conhecimentos Técnicos: obrigatório conhecimento dos softwares Adobe InDesign, Adobe Photoshop, Adobe Illustrator, Adobe AfterEffects, Adobe Premier e Microsoft Office;

e) Iniciativa e criatividade;

f) Fluência verbal;

g) Facilidade de relacionamento;

h) Capacidade de trabalho em equipe.

i) Demonstrar aptidão, discrição, destreza e responsabilidade na execução das atividades;

j) Capacidade de cumprir prazos e briefings postos pela coordenação.

6.1.4.4. Requisitos para Assistente de Relações Públicas:

a) Escolaridade: nível superior completo, com graduação em Comunicação Social, com habilitação em Relações Públicas;

b) Disponibilidade para viagens quando designados pela ASCOM/ASCER do TRE-BA, para acompanhar autoridades do TRE-BA, em viagens oficiais ou para realizar coberturas de eventos dentro ou fora do Estado;

c) Experiência mínima: 6 (seis) meses na área, comprovado com apresentação de carteira de trabalho, onde conste registro para o posto pretendido ou contrato de prestação de serviços na área de Relações Públicas, tais como Assistente de Cerimonial, Assistente de Eventos, Produtor de Eventos, Assistente de Relacionamento e Eventos, ou cumprido estágio de pelo menos 6 meses na área pretendida, comprovado por termo de compromisso de estágio devidamente assinado pela empresa, estudante, instituição de ensino e pelo agente de integração;

d) Conhecimento de microinformática: nível de usuário;

e) Iniciativa;

f) Fluência verbal;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- g) Boa postura;
- h) Facilidade de relacionamento;
- i) Capacidade de trabalho em equipe;
- j) Demonstrar aptidão, discrição, destreza e responsabilidade na execução das atividades.
- k) Capacidade de cumprir prazos e briefings postos pela coordenação.

6.1.4.5. Requisitos para Assistente Administrativo:

- a) Escolaridade: ensino médio concluído em instituição reconhecida pelo MEC e comprovação de conclusão de curso(s) na área de planejamento de comunicação e marketing, totalizando ao menos 20 horas de treinamento;
- b) Disponibilidade para viagens quando designados pela ASCOM/ASCER do TRE-BA, para acompanhar autoridades do TRE-BA, em viagens oficiais ou para realizar coberturas de eventos dentro ou fora do Estado;
- c) Conhecimento de microinformática: nível de usuário;
- d) Iniciativa;
- e) Fluência verbal;
- f) Boa postura;
- g) Facilidade de relacionamento;
- h) Capacidade de trabalho em equipe;
- i) Demonstrar aptidão, discrição, destreza e responsabilidade na execução das atividades.
- j) Capacidade de cumprir prazos e briefings postos pela coordenação.

6.1.5. INDICAÇÃO DOS LOCAIS EM QUE SERÃO PRESTADOS OS SERVIÇOS, E CASO NECESSÁRIO, DA ÁREA A SER COBERTA COM A EXECUÇÃO, POR LOCALIDADE E/OU EDIFICAÇÃO

Os serviços objeto desta contratação serão executados nas dependências da sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, localizada na 1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - CAB, Salvador-BA ou em outro local por este indicado, dentro da Região Metropolitana de Salvador.

Os empregados da contratada ficarão à disposição da contratante nas dependências desta, para a prestação dos serviços.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Os postos de serviço, a critério da Contratante, observada a jornada semanal de 35 horas, atuarão em regime de escala de modo a cobrir os horários das 7 às 22 horas, de segunda a sexta-feira. Excepcionalmente, a Contratante poderá autorizar a execução de serviços extraordinários (horas-extras) com o escopo de atender a situações de aumento excepcional de atividade, que não puderem ser realizadas no horário normal de trabalho.

O posto de serviço que, a critério da administração, se afastar a serviço, da sede para outro ponto do território nacional, em caráter eventual, fará jus a diárias, sob responsabilidade da Contratada, destinadas a indenizar as despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana.

6.1.6. FORNECIMENTO DE INSUMOS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, INCLUSIVE DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)

A solução não envolve o fornecimento de insumos, ferramentas e equipamentos.

6.6. VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de assinatura, com possibilidade de prorrogação até o limite legal.

O prazo se justifica, tendo em vista a complexidade que envolve a contratação, bem assim considerando que o prazo referido possivelmente permitirá alcançar o próximo ano eleitoral.

6.7. PREVISÃO DE GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO (FINANCEIRA), PARA ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELA CONTRATADA E MINIMIZAR OS RISCOS ADVINDOS DE EVENTUAL INEXECUÇÃO CONTRATUAL

Considerando que a solução envolve a prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, e com vistas a assegurar a plena execução contratual e evitar prejuízos à Administração e ao patrimônio público, far-se-á necessária a prestação de garantia de execução do contrato, de acordo com o percentual de 5% sobre o valor total contratado, a ser apresentada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da via do contrato assinado, o que deverá se estabelecido no ato convocatório.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

6.8. SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO

Não será admitida a subcontratação do objeto.

6.9. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE HABILITAÇÃO JURÍDICA ESPECÍFICA PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO

Não se aplica.

6.10. APTIDÃO TÉCNICO-OPERACIONAL (DA EMPRESA)

Não se aplica.

6.10.1. COMPROVAÇÃO DE REGISTRO EM ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE DA REGIÃO À QUE ESTIVER VINCULADA A EMPRESA

Não se aplica.

6.10.2. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL (DA EMPRESA) PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

Será exigida a comprovação de capacidade técnico-operacional (da empresa), mediante a apresentação de:

a) Atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, assim entendida a que demonstra que a empresa gerencia ou gerenciou serviços terceirizados, com, no mínimo, 7 (sete) postos de trabalho.

a.1. Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica;

a.2. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados no âmbito de atividade econômica principal e/ou secundária da empresa;

b) Comprovação de experiência mínima de 2 (dois) anos na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da licitação;

b.1. Os períodos concomitantes serão computados uma única vez;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

b.2. Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos ou outros documentos idôneos, mediante diligência.

As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

Somente serão aceitos atestados e/ou declarações de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

6.12. VISTORIA PRÉVIA

Não se vislumbra a necessidade de vistoria prévia para execução da solução.

6.13. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE E/OU DE ACESSIBILIDADE OU MEDIDA MITIGADORA DE EVENTUAL IMPACTO AMBIENTAL

Após pesquisa realizada no curso do presente Estudo Técnico Preliminar, consultados o *Guia Nacional de Contratações Sustentáveis* da AGU, a *Cartilha “Como Inserir Critérios de Sustentabilidade nas Contratações Públicas”* que lhe segue anexa e o *Plano de Logística Sustentável* deste Tribunal, identificaram-se os seguintes requisitos de sustentabilidade e/ou de acessibilidade que deverão ser observados para a contratação da solução em apreço:

Em atendimento ao disposto no art. 2º, VI da Resolução CNJ nº 418/2021, alterada pela Resolução CNJ nº 540/2023, considerando a natureza da solução proposta, deverá ser reservado percentual de, no mínimo, 50% das vagas a mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia.

6.14. ANÁLISE DA DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO

Há necessidade de agrupamento do objeto em lote pelas razões a seguir deduzidas.

Trata-se de uma contratação para área especializada de Comunicação Social, a qual configura um sistema único e integrado, e sua divisão representa risco ao objeto pretendido. As atividades a serem desempenhadas pelos profissionais alocados na ASCOM e ASCER se desenvolvem de forma integrada e complementar entre os postos de trabalho, mediante atuação simultânea na criação dos conteúdos em plataforma colaborativa de trabalho, bem assim na organização e realização dos eventos institucionais. Assim, há estreita correlação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

entre as atividades realizadas e colaboração entre os diversos profissionais envolvidos, de modo que a contratação de uma única empresa se mostra mais eficiente e mais vantajosa para atender ao objeto proposto.

Ademais, a prestação de serviços por um único fornecedor permite uma melhor administração dos trabalhos pela Fiscalização.

7. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio na licitação, visto ser comum no mercado a existência de empresas de pequeno e médio porte, detentoras de capacidade técnica e financeira para, isoladamente, executarem a solução em questão.

8. UTILIZAÇÃO DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR COMO MÉTODO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

Não será possível adotar o Instrumento de Medição de Resultado – IMR, pois se trata de solução cuja natureza impossibilita que sejam fixadas em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade e as respectivas adequações de pagamento.

9. LEVANTAMENTO DE MERCADO, ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS IDENTIFICADAS E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

Constatada a necessidade de contar com serviços profissionais na área de Comunicação Social, para fins de produção de conteúdo jornalístico e destinado às redes sociais, desenvolvimento de estratégias de comunicação, por meio de planos de ação e campanhas, além do apoio técnico na realização de eventos, diante da crescente demanda pelos serviços da Justiça Eleitoral, foram identificadas, durante o levantamento de mercado, as seguintes soluções:

SOLUÇÃO 1: Realização dos serviços por servidores do quadro lotados na Assessoria de Comunicação Social e Assessoria de Cerimonial;

SOLUÇÃO 2: Contratação de agência de comunicação e/ou de empresa de realização de eventos;

SOLUÇÃO 3: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

com cessão de mão de obra residente na área de Comunicação Social, abrangendo os postos de Redator, Editor, Design Gráfico, Assistente de Relações Públicas e Assistente Administrativo, por meio da alocação de postos de trabalho.

9.1 JUSTIFICAR A ESCOLHA DA SOLUÇÃO, EM COMPARAÇÃO COM AS DEMAIS ALTERNATIVAS IDENTIFICADAS

A primeira solução encontrada para suprir a demanda requer a disponibilização de servidores, Técnicos e Analistas Judiciários, que possam ser lotados na ASCOM e ASCER para o desenvolvimento dos trabalhos. Ocorre que o Tribunal atualmente não dispõe de quantitativo de servidores suficientes para o desenvolvimento dos serviços atualmente atribuídos às unidades. Ainda que a questão quantitativa pudesse ser viabilizada, o que não se verifica diante da redução histórica de posse de servidores apesar do aumento da demanda dos serviços públicos, tampouco há servidores com as qualificações técnicas exigidas para o desempenho das funções ora requeridas, especialmente a graduação em nível superior nas áreas referidas no presente estudo.

A segunda solução traria bons resultados ao Tribunal especialmente no desenvolvimento de campanhas de comunicação, vez que as agências contam com grandes equipes, compostas por profissionais de diversas áreas da comunicação. No entanto, essa solução atenderia apenas parcialmente as necessidades da Assessoria, uma vez que o trabalho desenvolvido por agências não permite o mesmo dinamismo de contar com profissionais atuando no dia a dia da unidade. Deve-se ressaltar, ademais, que a contratação de agências de publicidade, como realizada por alguns órgãos como TSE², resulta em contratos bastante vultosos, o que representaria maior gasto para o TRE-BA.

A terceira solução, para contratação de postos de trabalho, com equipe dedicada, permite exclusividade do grupo às demandas do TRE-BA, maior conhecimento das demandas e especificidades do Órgão, além de possibilitar o atendimento a demandas de forma mais dinâmica, célere e efetiva.

Assim, após análise crítica das soluções identificadas, considerando os aspectos técnicos,

²https://www.tse.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tse.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/contratacoes-diretas-2021/arkus/ct-74-2021-arkus/@@download/file/ct-74-2021-arkus.pdf



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

econômicos, qualitativos e de sustentabilidade, em termos de benefícios para o alcance dos resultados esperados e atendimento às necessidades da Administração relativamente aos serviços de produção de conteúdos informativos/educativos e para divulgação de informações à sociedade e ao seu público interno, optou-se pela Solução 3: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados, com cessão de mão de obra residente na área de Comunicação Social.

10. ESTIMATIVA PRELIMINAR DE PREÇOS

Identificada a melhor solução, foi realizada breve pesquisa de preços, com o fim de subsidiar a análise da viabilidade econômica da contratação. Consta da estimativa a indicação de preços referenciais e as fontes de pesquisa utilizadas. Deu-se preferência às contratações similares celebradas por outros órgãos da Administração Pública e realizada consulta a sites de emprego na Internet, obtendo-se a estimativa abaixo:

ESTIMATIVA POSTOS REGULARES

POSTOS	SALÁRIO	VALOR POSTO	QUANT.	CONTRATO MENSAL	CONTRATO ANUAL
REDATOR	R\$ 3.659,50	R\$ 7.717,23	4	R\$ 30.868,92	R\$ 370.427,04
EDITOR	R\$ 4.179,39	R\$ 8.800,51	2	R\$ 17.601,02	R\$ 211.212,24
ASSISTENTE DE RELAÇÕES PÚBLICAS	R\$ 2.366,04	R\$ 5.089,90	2	R\$ 10.179,80	R\$ 122.157,60
DESIGNER GRÁFICO	R\$ 2.784,54	R\$ 5.939,96	1	R\$ 5.939,96	R\$ 71.279,52
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	R\$ 1.757,30	R\$ 3.853,46	1	R\$ 3.853,46	R\$ 46.241,52
TOTAL COLABORADORES			10	R\$ 68.443,16	R\$ 821.317,92

ESTIMATIVA ANUAL COM DIÁRIAS

QUANTIDADE TOTAL DE DIÁRIAS	VALOR DA DIÁRIA	VALOR ESTIMADO DA DIÁRIA COM ENCARGOS	VALOR TOTAL ESTIMADO
20	R\$ 400,00	R\$ 474,68	R\$ 9.493,60

Obs.: Valor da diária considerou leve correção monetária, tendo em vista o valor atual apurado de R\$366,67 na repactuação do CT 006/2020. Encargos foram calculados com base no atual contrato CT 006/2020.

ESTIMATIVA ANUAL COM DESLOCAMENTO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

QUANTIDADE DE VIAGENS	CUSTO MÉDIO ESTIMADO	VALOR ESTIMADO DESLOCAMENTO COM ENCARGOS	VALOR TOTAL ESTIMADO
10	R\$ 1.000,00	R\$ 1.218,39	R\$ 12.183,90

Obs.: O custo estimado com deslocamentos representa o pagamento integral de passagens aéreas ou rodoviárias para o território nacional. O custo médio foi calculado com base no histórico de viagens do CT 006/2020.

ACRÉSCIMO TEMPORÁRIO DE POSTOS EM ANO ELEITORAL

POSTOS	SALÁRIO	VALOR POSTO	MESES	POSTOS	VALOR TOTAL
REDATOR	R\$ 3.659,50	R\$ 7.336,56	7	2	R\$ 102.711,84
DESIGNER GRÁFICO	R\$ 2.784,54	R\$ 5.649,41	7	1	R\$ 39.545,87
TOTAL COLABORADORES					13 R\$ 142.257,71

SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO EM ANO ELEITORAL

POSTOS	SALÁRIO	Valor Hora Extra dias úteis	Valor Hora Extra domingos	50 HORAS SÁB. DIAS ÚTEIS	50 HORAS DOMINGO	QUANT.	VALOR TOTAL
REDATOR	R\$ 3.659,50	R\$ 62,43	R\$ 83,24	R\$ 3.121,50	R\$ 4.162,00	6	R\$ 43.701,00
EDITOR	R\$ 3.933,54	R\$ 71,31	R\$ 95,08	R\$ 3.565,50	R\$ 4.754,00	2	R\$ 16.639,00
ASSISTENTE DE RELAÇÕES PÚBLICAS	R\$ 2.366,04	R\$ 40,37	R\$ 53,82	R\$ 2.018,50	R\$ 2.691,00	2	R\$ 9.419,00
DESIGNER GRÁFICO	R\$ 2.784,54	R\$ 47,51	R\$ 63,34	R\$ 2.375,50	R\$ 3.167,00	2	R\$ 11.085,00
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	R\$ 1.757,30	R\$ 29,97	R\$ 39,96	R\$ 1.498,50	R\$ 1.998,00	1	R\$ 3.496,50
TOTAL COLABORADORES*							13 R\$ 84.340,50

*Obs.: Total de colaboradores com serviço extraordinário inclui os postos temporários (acréscimo em ano eleitoral)

11. ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL

Não há necessidade de adequação do ambiente do órgão para execução contratual.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

13. REQUISITOS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

As informações presentes neste documento são classificadas como públicas nos termos da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.

Durante a execução contratual far-se-á necessária a formalização de termo de confidencialidade e de termo de responsabilidade e compromisso de manutenção de sigilo, uma vez que, para execução da solução a Contratada, através de seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço, terá acesso a informações que pertencem ao TRE-BA, as quais precisarão ser tratadas ou controladas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

14. ANÁLISE DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Finalizado o presente Estudo Técnico Preliminar, demonstrados os benefícios a serem alcançados com a solução escolhida, conclui esta Equipe de Planejamento que a contratação é viável e necessária, além de possível, técnica e economicamente.

Salvador, novembro de 2024

Daniele Silva de Jesus
Integrante Demandante

Sandra Ramos Cerqueira
Integrante Técnico

Venícios dos Anjos Belo
Integrante Administrativo: